

---

RELAÇÕES DE PORTUGAL COM A CHINA  
ANTERIORES AO ESTABELECIMENTO DE MACAU

---

*João de Deus Ramos*

---

## RELAÇÕES DE PORTUGAL COM A CHINA ANTERIORES AO ESTABELECIMENTO DE MACAU

---

Ao aproximarmo-nos de 1999 é provável que a curiosidade sobre o que foi a presença histórica portuguesa na China vá crescendo. Nos termos da Declaração Conjunta luso-chinesa sobre Macau, de 1987, a 20 de Dezembro daquele ano, o exercício da soberania sobre o Território passará para a República Popular da China, concluindo-se assim um ciclo significativo da nossa presença no Extremo Oriente. Para o futuro, diz-nos a mesma Declaração Conjunta, que durante cinquenta anos se manterá em Macau inalterada a «maneira de viver» que lhe é própria bem como «os actuais sistemas social e económico» (1). Além disso, Portugal poderá manter a sua presença cultural e civilizacional, prevalecendo-se de uma imagem favorável que soube criar e deixar na memória colectiva de tantas nações asiáticas.

O período de contactos com o Império do Meio que precedeu o estabelecimento de Macau — quatro décadas da primeira metade do séc. XVI — foram férteis em entendimentos e querelas, em convergência de interesses e conflitos: ensinaram a portugueses e chineses o «modus vivendi» que tornou possível Macau, e deram a conhecer a China ao ocidente europeu, pela primeira vez em tempos modernos. A sinologia, tal como é entendida hoje, nasce e apoia-se nos relatos, descrições, «enformações» daqueles pioneiros, maioritariamente portugueses.

As décadas dos primeiros contactos entre Portugal e a China foram de busca de plataformas de entendimentos, com numerosos acidentes de percurso por vezes dolorosos e com episódios em que se insinuou o aleatório infeliz. No primeiro quartel do séc. XVI Portugal estava forte dos sucessos da gesta ultramarina, habituado a vencer, dominar, impelido pela dinâmica militar, religiosa e económica da expansão. A China, nesse tempo, vivia ainda a pujança da dinastia Ming; por pouco que navegadores portugueses e chi-

---

(1) Anexo 1, n.º 1.

neses se tinham encontrado na costa oriental da África, ou algures no mar Vermelho <sup>(2)</sup>. Em começos do séc. XVI a China era ainda forte, xenófoba, imbuída da sua superioridade civilizacional. Eram inevitáveis os atritos. Só com alguma sorte — quanto foi precisamente esta que faltou — se poderiam ter evitado alguns lastimáveis episódios.

Jorge Álvares foi o primeiro português que chegou à China, em 1513; e Macau «nasce» por volta de 1555, dois marcos no percurso das relações luso-chinesas. Mas como balizas do primeiro período, afigura-se que deverão ser procurados outros factos, admitindo à partida que as arrumações possíveis são as que se quizer fazer, desde que contribuam para facilitar o estudo e compreensão duma época. Encontro essas balizas no Regimento de Almeirim, dado por D. Manuel a Diogo Lopes de Sequeira em 1508, ordenando-lhe a obtenção de informações sobre a China e os chineses; e no termo do período em apreço, o «Assentamento» de Leonel de Sousa, de 1554, através do qual negociou e acordou com autoridades chinesas interesses convergentes e abriu as portas ao estabelecimento de Macau.

### *PRIMEIRA FASE — Os pioneiros (1508-1522)*

D. Manuel, ao dar as suas instruções a Diogo Lopes de Sequeira, baseava-se no que os portugueses tinham ouvido e aprendido no decurso da viagem à Índia de Vasco da Gama: a memória de «homens brancos», que umas

---

(2) A Dinastia Ming, que sucedeu à mongol dos Yuan, foi a última dinastia imperial de origem chinesa, uma vez que a que lhe sucedeu era proveniente da Manchúria. Os Ming quase coincidem no tempo com a nossa Dinastia de Avis, pois ocuparam o Trono do Dragão de 1368 a 1644. A partir da morte do Imperador Yung Lo, em 1424, começa o declínio que no entanto só nos últimos três reinados, já no séc. XVIII, se foi acelerando.

Quando os portugueses chegaram à China, o fim dinástico ainda estava longe, o Império do Meio mantinha intacto o seu prestígio e uma parcela ainda significativa da sua força.

Entre 1405 e 1433 o eunuco Zhenghe empreendeu sete viagens, à frente duma frota imperial que levou a presnça chinsa ao Sudoste asiático, Índia e depois até à costa africana da Somália ao Zanzibar. Por algumas décadas se teria encontrado com os navegadores portugueses. Zhenghe foi o navegador chinês mais famoso, venerado pelas comunidades chinesas da Ásia do Sudoeste através dos séculos.

A sinologia ocidental tem-se ocupado deste navegador. Artigos de grande rigor científico aparecem no *T'oung Pao* dos anos 30, da autoria da J. Duyvendak e P. Pelliot, e a partir de então noutros periódicos especializados, por diversos autores. Mais recentemente, de referir o artigo assinado por Chang Kuei-Sheng inserto no *Dictionary of Ming Biography*, Columbia University Press, 1976, I, pp. 194-200; e sobretudo o livro de J. V. G. Mills, *The Overall Survey of the Ocean's Shores*, com base na tradução do autor chinês Ma Huan, *Ying-Yai Sheng-Lan*, de 1433, Cambridge University Press, 1970.

oito décadas antes ainda comerciavam no oceano Índico. Eram os chineses, que a essas paragens se deslocaram regularmente até à proibição imperial de os súbditos saírem do seu país. D. Manuel era minucioso nas instruções que dava a Lopes de Sequeira: «Perguntareis pelos chins, e de que partes vêm, e de quão longe, e de quanto em quanto vêm a Malaca, ou aos lugares em que tratam, e as mercadorias que trazem, e quantas naus deles vem cada ano, e pelas feições de suas naus, e se tornam no ano em que vêm, e se têm feitores ou casas em Malaca, ou em outra alguma terra, e se são mercadores ricos, e se são homens fracos, se guerreiros, e se têm armas ou artilharia, e que vestidos trazem, e se grandes homens de corpos, e toda a outra informação deles, e se são cristãos, se gentios, ou se é grande terra a sua, e se têm mais de um rei entre eles, e se vivem entre eles mouros ou outra alguma gente que não viva na sua lei ou crença, e se não são cristãos, em que crêem, ou a que adoram, e que costumes guardam, e para que parte se estende sua terra, e com quem confinam» (3).

Nestas pormenorizadas instruções reais estava a iniciativa, o ímpeto para os primeiros contactos com a China.

Diogo Lopes de Sequeira viajou para o Oriente em 1508, chegando a Malaca no ano seguinte; mas não conseguiu obter as informações pedidas, e voltou a Portugal.

Em 1511, a conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque proporcionou o estabelecimento de contactos entre a sua armada e os juncos chineses ancorados no porto. Os contactos foram favoráveis e Albuquerque pôde escrever a D. Manuel que «os Chins servidores são de Vossa Alteza e nossos amigos» (4).

Transparece nesta afirmação o mesmo intuito de dominação que estava nas entrelinhas do Regimento de Almeirim. D. Manuel certamente considerava a possibilidade de «conquista» da China ou parte dela, e essa intenção, ainda que não expressa, subsistiu até ao termo desta fase. Anos

---

(3) Um dos itens das longas instruções, transcritas integralmente in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa, sob a direcção de Bulhão Pato, em 1848, Tomo II, pp. 403-419. Actualizei a ortografia, como em todas as restantes. Na transliteração de vocábulos chineses sigo o sistema *Hanyu Pinyin*, à excepção dos títulos de obras impressas.

(4) *Ibid.*, I, 138.

mais tarde, alguns prisioneiros portugueses architectavam ainda planos de tomada militar de cidades e províncias (5).

Coube a Jorge Álvares, escrivão da Feitoria de Malaca, a histórica missão de ser o primeiro português a pisar terras chinesas. Em finais de 1513, aportou à ilha de Tunmen, o Tamão das nossas crónicas. Ali deixou um padrão com as armas de Portugal (6).

As viagens à China continuaram depois: Rafael Prestrelo, seu irmão Bartolomeu, Fernão Peres de Andrade, Jorge Mascarenhas e outros. Eram os pioneiros, na sua maioria portugueses. Fizeram a «veniaga» (7), aprofundaram os contactos e conhecimentos com o mundo chinês. Chegava o momento de enviar uma embaixada ao Imperador, devidamente credenciada com cartas do Rei de Portugal. Tal incumbência recaiu em Tomé Pires, o primeiro embaixador de Portugal que foi à China. Esta missão viria a redundar em fracasso, em parte por culpa dos portugueses, em parte por pouca sorte no encadear dos acontecimentos.

Não se sabe muito sobre Tomé Pires. Figura modesta, como lhe chama Armando Cortesão, filho do boticário de D. João II, e seguindo o mesmo

(5) V. g., a carta de Vasco Calvo, um dos companheiros de cativo de Tomé Pires, escrita na prisão em 1524: “[...] com a frota que cada ano vai ao estreito convido nela três mil homens trazendo Malabares para com eles pôr em espanto a gente com verem estes Malabares com as costas dos Portugueses irão tomando a metade da terra da China, se aí houvesse gente para sosteer tanta cidade e tanta copia de vilas que tão fraca gente é e não tem maneira nenhuma de defendimento.”

(6) V. Luís Keil, *Jorge Álvares, o primeiro Português que foi à China (1513)*, Lisboa, 1933, o melhor trabalho sobre este pioneiro. (Não confundir com outros homónimos; um deles, posterior, tem uma biografia de Artur Basílio de Sá, *Jorge Álvares, Quadros da Sua Biografia no Oriente*, A.G.U., Lisboa 1956.) O opúsculo de Luís Keil, praticamente impossível de encontrar nas livrarias e alfarrabistas, será este ano reeditado pelo Instituto Cultural de Macau. Jorge Álvares morreu na China, não havendo certeza quanto à data, embora numa carta de Cristóvão Vieira, outro companheiro de cárcere de Tomé Pires, diga que “morreu este Jorge Álvares antes de 1524, succumbindo seis dias depois de ter sido mandado açoutar pelo escrivão da cadeia tomado de vinho”.

Num trabalho de Ronald Bishop Smith, *A Projected Portuguese Voyage to China in 1512 and New Notices Relative to Tomé Pires*, Lisboa, 1972, é referida a viagem à China, projectada, de um João de Moraes, em 1512, com base numa carta existente na Torre do Tombo, escrita por João Viegas ao rei de Portugal. Mas tal viagem, ao que se sabe, não se realizou.

Sobre o local onde Jorge Álvares aportou em terras da China, *Tunmen*, na embocadura do rio das Pérolas, v. o trabalho com abundante recurso às fontes, de João Braga, *Tamão dos Pioneiros Portugueses*, Macau, 1939.

(7) Negócio, tráfico, comércio. Yule, no *Hobson-Jobson*, curiosamente ignora este termo. Mas Daigado, *Glossário Luso-Asiático*, I, 411, estabelece a sua etimologia (do malaio *bernyága* sânscrito *Vanijaka*) e dá numerosas instâncias de (1517 a 1652) em que o vocábulo aparece em textos portugueses.

ofício do pai, andaria pelos quarenta anos quando partiu para a Índia em 1511. Em Malaca, onde estava no ano seguinte, foi «escrivão da feitoria, contador e veador das drogarias» (8). Deixou-nos a *Suma Oriental*, o mais antigo relato português do Oriente. Diz-nos Garpar Correia, nas *Lendas da Índia*, que o Governador-Geral Lopo Soares de Albergaria, em 1516, «despachou Fernão Peres de Andrade para a China, como vinha ordenado; e mandou com ele um Tomé Pires, filho do boticário de el Rey dom João, que era muito de sua amizade, e por ele ser homem muito prudente, e muito curioso de saber todas as coisas da Índia» (9). Fernão Peres de Andrade fora enviado por D. Manuel como Capitão-Mor de uma armada que da Índia seguiria para a China, levando lá um embaixador, que o Governador Soares de Albergaria designou na pessoa de Tomé Pires.

Chegaram a Cantão em 1517, e o embaixador, acompanhado de cinco portugueses, um persa lusitanizado, doze moços e cinco intérpretes, ficou em terra, em casas fornecidas pelas autoridades chinesas (10). Ali permaneceram mais de 15 meses, aguardando autorização para se dirigirem à Corte. Fernão Peres de Andrade, deixada a embaixada instalada em terra e feitas as habituais trocas comerciais, fez uma proclamação pública antes de partir, convidando os chineses que tivessem queixa de qualquer português a se lhe dirigirem, para desagravo. Tal provocou o melhor dos efeitos na população e autoridades chinesas (11). Tomé Pires e a comitiva tiveram autorização em 1520 para seguirem para a Corte, que nessa altura estava em Nanquim. Aí, lê-se num documento, «vimos o rei em pessoa, que andava folgando, [...], nos fez honra e folgou de nos ver, e jogou com Tomé Pires às távolas por vezes estando nós ao presente; assim nos mandou banquetear com todos os presentes» (12).

Este harmonioso estado de coisas estava a chegar ao seu termo. A actuação menos louvável de alguns portugueses e certos acontecimentos infelizes iam lançar as relações luso-sínicas na sua fase mais conturbada e violenta.

(8) Carta de 7 de Novembro de 1512, para seu irmão João Fernandes, in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, VII, 58. A melhor biografia de Tomé Pires vem em Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Acta Universitatis Coninbrigensis, 1978, pp. 9-43.

(9) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, 473.

(10) Carta de Cristóvão Vieira, de 1524.

(11) João de Barros, *Década III*, Livro II, Cap. VIII, pp. 222-223.

(12) Cristóvão Vieira, carta de 1524.

*SEGUNDA FASE — Os conflitos e o tratado ilícito (1522-1550)*

Como se viu, Fernão Peres de Andrade demonstrou qualidades que muito contribuíram para a boa imagem dos portugueses, para o início auspicioso da embaixada de Tomé Pires, e para favorecer os nossos interesses comerciais na China. Mas para a viagem seguinte a terras chinesas foi autorizado por D. Manuel a seguir, como capitão da armada, seu irmão Simão de Andrade. Como escreve Armando Cortesão, «contrastando singularmente com seu irmão, Simão de Andrade não só tinha pouco tacto como era vaidoso, caprichoso e violento. [...] A sua nomeação [...] foi um daqueles pequenos mas fatídicos acidentes que por vezes ocorrem no decurso da história e que neste caso se tornou na causa principal do desastroso fim da Embaixada de Tomé Pires e de todas as desgraças que os portugueses sofreram na China durante mais de trinta anos» (13). Ao chegar à China, Simão de Andrade cometeu uma série de actos que desfizeram a boa imagem que conseguíramos, ao violar frontalmente as suas leis e costumes. A construção de um forte, a criação de uma força, a compra e rapto de crianças, génese da triste suspeita de antropofagia infantil que aparece nas fontes chinesas e vem reflectida nas portuguesas (14).

Tomé Pires e a sua comitiva receberam finalmente em Nanquim ordem de seguir para Pequim, e lá aguardar a chegada do Imperador e as audiências solenes. É nessa altura que se desencadeiam acontecimentos imprevisíveis e nefastos, que acrescentados ao mau ambiente deixado por Simão de Andrade no litoral determinariam o triste fim da Embaixada. O primeiro desses acontecimentos foi a discrepância entre a tradução da carta de D. Manuel, pelos intérpretes de Cantão, e o texto efectivo da mesma, conhecido em Pequim; o segundo, a morte repentina do Imperador, que demonstrara boa vontade em relação aos portugueses, ocorrida em Abril de 1521, pouco após o regresso a Pequim; o terceiro, a presença na capital de um embaixador do Rajá de Bintang, filho do rei de Malaca que os portugueses tinham derrotado, queixando-se e pedindo auxílio ao soberano chinês, seu suzerano (15). Tomé Pires e a sua comitiva foram mandados

(13) Armando Cortesão, *op. cit.*, pp. 32-33.

(14) João de Barros, *Década III*, Livro VI, Cap. II, pp. 15 e segs.

(15) Trata-se de Tuan Muhamad, o Tuão Mafame dos textos portugueses.

regressar a Cantão, onde, passado mais algum tempo de deterioração das relações, ficaram presos. Tomé Pires terá morrido na prisão em 1524, e terá deixado em terras da China uma filha, Inês de Leiria, que Fernão Mendes Pinto diz ter encontrado <sup>(16)</sup>.

A morte do Imperador e o desacato no litoral levaram Pequim, em 1522, a determinar o fecho dos portos ao comércio com o exterior, e a expulsão dos portugueses. Mas continuaram a tentar os contactos, agora ilegais, para levar a cabo o riquíssimo trato. A violência, os confrontos navais, as mortes, eram inevitáveis. Foi o que aconteceu em numerosos episódios; bastará referir um deles. A armada de Martim Afonso de Melo envolveu-se em duro combate com forças chinesas, em 1522, durante o qual muitos portugueses perderam a vida e outros ficaram presos. A sentença de morte foi confirmada pelo Imperador, e executados 23 portugueses a 23 de Setembro de 1523. Tal é descrito num documento da época, em que a frieza do estilo não esconde a dureza dos castigos <sup>(17)</sup>. Tinha-se atingido o ponto mais baixo, mais negro, nas relações de Portugal com o Império do Meio.

A partir de finais da segunda década do século, embora mantendo-se fechados os portos e em vigor as ordens de expulsão dos portugueses, começam a desenhar-se tréguas na violência e a virem à superfície novas convergências de interesses, pois para ambas as partes o trato tinha os maiores aliciantes. Com a passagem dos anos foram crescendo estes contactos à margem das directivas oficiais, cada vez mais esquecidas. Os portugueses apelidados de piratas e a eles não poucas vezes associados, iam alimentando um crescente comércio ilícito que tinha o apoio nas classes que dele beneficiavam. Através destas iam conseguindo a tolerância, quando não

<sup>(16)</sup> *Peregrinação*, cap. 91, intitulado "Como chegámos a uma cidade que se dizia Sampitay, e do que passámos com uma mulher cristã que achámos nela". É o curioso, romântico e nostálgico episódio de Inês de Leiria: "[...] Aqui nos mostrou um oratório em que tinha uma cruz de pau dourada, [...] e nos disse que se chamava Inês de Leiria e que seu pai se chamara Tomé Pires, o qual deste reino fora por Embaixador a el-rei da China. [...] Porque assim o tinha muitas vezes ouvido a seu pai, chorando muitas lágrimas quando nisto falava."

<sup>(17)</sup> Carta de Cristóvão Vieira: "[...] Foram estas 23 pessoas feitas em pedaços cada huma, *scilicet* cabeças, pernas, braços e suas naturas nas bocas, o tronco do corpo em redondo pela barriga em dois pedaços; pelas ruas de Cantão, fora dos muros, pela povoação, pelas ruas principais foram mortos, à distância de um tiro de besta um dos outros, para todos os verem, assim os de Cantão como os do termo, por darem a entender que não tinham em conta Portugueses, por o povo não falar em Portugueses [...]."

a convivência, das próprias autoridades locais. Em 1547 Zhu Huan foi nomeado Vice-Rei das duas províncias de Fujian e Zhejiang, e deu mostras de ser de forte ânimo no rigoroso cumprimento das proibições em vigor quanto ao comércio com os estrangeiros. Conseguiu assim criar as mais fortes inimizades em todos os sectores da população que beneficiava daquele comércio.

No ano seguinte deu-se um acontecimento que ficaria conhecido pelo «episódio dos dois juncos», bem demonstrativo de que a fase do conflito e do comércio ilícito entre portugueses e chineses estava a chegar ao seu termo.

Já se viu como o Vice-Rei Zhu Huan ganhara a maior impopularidade ao querer impor com rigor as proibições do comércio com os estrangeiros. Em 1548 a frota de Diogo Pereira dirigiu-se à China. Determinou que as mercadorias que levava fossem transportadas em dois juncos chineses (18). Depois de alguns recontros violentos que determinaram a sua partida, deixou no entanto ficar os juncos, comandados por Fernão Borges e Lançarote Pereira, acompanhados de trinta portugueses e mais gente, na expectativa de ainda fazerem algum negócio. As forças navais chinesas não perderam tempo em apresá-los, matando alguns dos nossos e fazendo prisioneiros outros. Mas os tempos eram diferentes, e em vez de vir de Pequim a confirmação de sentenças, como acontecera trinta anos antes, foi despachado um Comissário Imperial para investigar o caso. Considerou que os portugueses não eram culpados dos crimes de que os acusavam, mas apenas pacíficos mercadores. Lê-se num documento da época: «E asi nos foi por estes mandarins mandado dar mui bem carne e galinhas e farinha de arroz e de todas as outras cousas em abastança assim como pediamos. Entretanto

(18) O «episódio dos dois juncos» vem referido nas relações coevas de Gaspar Lopes, Afonso Ramires, Galeote Pereira, Amaro Pereira e de um anónimo, bem como no *Tratado das Cousas da China* de Gaspar da Cruz. Modernamente, o estudo mais completo é o do P.º G. Schurhammer, S. J., *Das Geheimnis der swei Dschunken*, inserto nos *Gesammelte Studien*, III. 681-702.

Há vários homónimos Diogo Pereira no Oriente, no séc. XVI O do episódio dos dois juncos era amigo de S. Francisco Xavier, que se empenhou em que ele fosse enviado à China como Embaixador, plano que frustado pelo Capitão de Malaca D. Alvaro de Ataíde. Os melhores estudos sobre Diogo Pereira são também de Schurhammer espalhados por grande parte da sua obra nomeadamente no seu *Franz Xaver: Sein Leben und Seine Zeit*, vol. IV). Aos homónimos, de que indica 12, Schurhammer dedica um artigo de 26 pp. (*Gesammelte Studie* II, 121-147), que abre com o seguinte tão verdadeiro desabafo: «Die Doppelgänger sind ein Kreuz für Jeden Historiker Portugiesisch — Asiens, Zumal im 16. Jahrhundert.»

que fosse o recado a el Rei, quebraram todas as prisões em que os mandarins que nos tomaram nos puseram, e logos eles foram presos [...]» (19). O Vice-Rei Zhu Huan suicidou-se, e outros oficiais foram executados.

Terminava o período do conflito e do comércio ilegal, estava criado o ambiente, e as condições de parte a parte, para o surgimento de Macau.

*TERCEIRA FASE — A normalização das relações e o prelúdio de Macau (c. 1550-1554)*

Ficou a dever-se a Leonel de Sousa, capitão da marinha portuguesa no Oriente, a negociação com os chineses, mediante a aceitação de pagamento de impostos, que permitiria o desenvolvimento do comércio. Foi o «Assentamento» de 1554 (20). Na carta que depois, em Cochim, Leonel de Sousa escreveu ao Infante D. Luís, irmão de D. João III, com data de 15 de Janeiro de 1556, lê-se: «[...] e aprovou a Nosso Senhor que mandaram cometer paz, e que assentasse direitos como estavam em costume [...]». E mais adiante: «desta maneira fiz paz; e os negócios na China com que todos fizeram suas fazendas e proveitos, seguramente foram muitos portugueses à cidade de Cantão, e outros lugares por onde andaram folgando alguns dias e negociando suas fazendas à sua vontade sem receberem agravo nem pagarem mais direitos dos que atrás digo [...]» (21).

No ano seguinte ao do «Assentamento», em 1555 portanto, já os documentos atestam a tão importante alteração do estado de coisas, o comércio que os portugueses podiam fazer legalmente em Cantão e noutras cidades (22). E passados uns meses, um ano talvez, «nascia» Macau (23). Com o

(19) Carta de Afonso Ramires, de 1555.

(20) V., *inter alia*, J. M. Braga, *O Primeiro Acordo Luso-Chinês realizado por Leonel de Sousa em 1554*, Macau, 1939.

(21) J. M. Braga, *op. cit.*, onde vem transcrita na íntegra a carta. Como o autor refere, este importantíssimo documento para a história das relações luso-chinesas foi pela primeira vez dado à estampa por Jordão de Freitas no *Arquivo Histórico Português*, em 1910. O Instituto Cultural de Macau reeditou em 1988 o trabalho de Jordão de Freitas *Macau — materias para a sua história no séc. XVI*, que também transcreve a carta de Leonel de Sousa.

(22) Cf. J. M. Braga e Jordão de Freitas, *op. cit.*

(23) O surgimento de Macau traduz a convergência, em determinado local e momento, de interesses luso-sínicos maioritariamente comerciais mas também políticos. Não é aqui o local apropriado, por transcender o tema deste trabalho, para desenvolver a questão do estabelecimento de Macau, e a variada argumentação que tem apoiado as diferentes teses. Refiram-se tão-só os trabalhos de J. M. Braga, «The Western Pioneers and their discovery of Macau», publicado no *Boletim do Instituto Português de Hong Kong*, 1949, pp. 102-139; e o livro do Padre António da Silva Rego *A Presença de Portugal em Macau*, A. G. C., Lisboa, 1946, sobretudo os quatro primeiros capítulos.

«Assentamento» de Leonel de Sousa, Portugal e a China subscreviam o primeiro acordo no plano jurídico convencional, criavam as condições mutuamente benéficas para o incremento do comércio, cuja expressão mais concreta foi Macau. Concluía-se assim, auspiciosamente, depois de tantas dificuldades, o primeiro período das relações de Portugal com a China.

### RELANCE BIBLIOGRÁFICO

A sinologia assenta os seus alicerces nos escritos dos pioneiros e cronistas do séc. XVI, a maioria dos quais foram portugueses, e nos escritos e cartas da primeira geração de Jesuítas que penetraram no Império do Meio a partir do último quartel daquele século. Mas no período a que nos reportamos, até 1554, as fontes cingem-se, portanto, ao primeiro grupo <sup>(24)</sup>.

Não pretendo ser exaustivo neste relance bibliográfico, nem é essa a intenção. Tão-só uma referência ao que me parece ser mais importante, sem que daí advenha qualquer juízo de valor em relação a escritos não referidos.

Os nossos cronistas — Barros, Castanheda, Gaspar Correia, outros — foram, no que toca ao período em apreço, os compiladores do que ouviram ou leram acerca dos factos narrados, a proximidade no tempo emprestando-lhes a autoridade que acresce à probidade do historiador e qualidade do homem. Fernão Mendes Pinto é indispensável desde que cotejado com outras fontes, mas sem desconfiança à partida quanto aos seus textos, como injustamente é frequente verificar-se; fundamentais as *Cartas* de Afonso de Albuquerque, o *Tratado das Cousas da China* de Gaspar da Cruz, a *Relação da Grande Monarquia da China* de Álvaro Semedo, a *Suma Oriental* de Tomé Pires, a *História del Gran Reino de la China* de Juan Gonzales de Mendoza, e alguns outros <sup>(25)</sup>.

---

<sup>(24)</sup> S. Francisco morre às portas da China, na ilha de Sanchoão, em 1552, ano em que nascia em Macerata, na Itália, Matteo Ricci, o principal impulsionador da penetração jesuíta na China. Os textos jesuítas começam onde termina o período de que nos ocupamos

<sup>(25)</sup> Para o historial das várias edições destas e doutras obras dos primeiros tempos, cf. *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, e o *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio; de entre os estrangeiros, a *Bibliotheca Sinica* de H. Cordier e, mais recentemente, John Lust, *Western Books on China published up to 1850*, Londres, 1987, são instrumentos indispensáveis.

Mas o «corpus» essencial é constituído pelas cartas e «enformações» daqueles pioneiros, hoje em parte já publicadas, outras certamente aguardando nos arquivos a sua divulgação. As cartas de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, companheiros de Tomé Pires na embaixada e depois no cativo em Cantão, de Galeote Pereira, de Afonso Ramiro, as «Enformações» de Amaro Pereira e Mateus de Brito, a carta de Leonel de Sousa sobre o «assentamento», são os textos onde em primeira mão, e mais pormenorizadamente, se encontra a mais viva — porque vivida — aproximação à realidade (26).

A partir do século passado surge a historiografia, em termos modernos, deste período: O Cardeal Saraiva publicando um texto desconhecido de Tomé Pires, Jordão de Freitas a carta de Leonel de Sousa; Voretzsch, C. Boxer, Eduardo Brazão, D. Ferguson, dão à estampa textos inéditos; Gabriela d'Intino junta as cartas e «enformações» dos pioneiros, anotadas; refiram-se os curtos mas excelentes trabalhos de L. Keil sobre Jorge Álvares (o primeiro português na China) e Ronald B. Smith sobre vários pontos ainda em dúvida (27). De destacar o colossal trabalho do Padre Schurhammer sobre as fontes dos primeiros tempos e sobre a vida de S. Francisco Xavier; no período que antecede o estabelecimento de Macau, os trabalhos de Cordier, Kammerer, Padre Silva Rego, Eduardo Brazão, Padre Manuel Tei-

(26) Muito se fica a dever a Raffaella d'Intino por ter juntado num volume, *Enformação das Cousas da China, textos do Séc. XVI*, INCM, 1989, com introdução e copiosas notas, os textos dos nossos pioneiros na China.

(27) *Obras completas do Cardeal Saraiva* (D. Francisco de S. Luiz), Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, tomo VI, pp. 411-428, "Carta escrita de Cochim a El-Rei D. Manuel por Thomé Pires em 26 de Janeiro de 1516 sobre algumas plantas e drogas medicinais do Oriente"; Jordão de Freitas, a carta de Leonel de Sousa sobre o "Assentamento", no *Arquivo Histórico Português*, referido supra, n.º 21; Donald Ferguson, *Letters from Portuguese Captives in Canton, Bombaim, 1902*, as cartas de Vasco Calvo e Cristóvam Vieira; E. A. Voretzsch publica fragmentos do original da carta de Vieira (existentes na Torre do Tombo) num trabalho intitulado «Documento acerca da primeira Embaixada Portuguesa à China», inserto no n.º 1 do *Boletim da Sociedade Luso-japonesa*, Tóquio, 1929; E. Brazão, *Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas de Portugal com a China, 1516-1753*, A. G. C., Lisboa, 1949, trata da Embaixada de Tomé Pires (pp. 15-66) transcrevendo em apêndice as cartas dos dois cativos de Cantão socorrendo-se dos trabalhos de Ferguson e Voretzsch; C. Boxer, *South China in the sixteenth Century*, London, 1955, onde transcreve, traduzidas para inglês e com bom aparato crítico, os textos de Galeote Pereira, Gaspar da Cruz e Martín de Reda (e outras referências dispersas pela sua vastíssima obra); Raffaella d'Intino, *op. cit.*, n.º 26; Luis Keil, *op. cit.* n.º 6; Ronald Bishop Smith, *op. cit.*, n.º 6 e ainda *Martim Affonso de Mello, Captain-Major of the Portuguese Fleet which sailed to China in 1522*, Lisboa, 1972, e *Can I resolve a long standing enigma of the first age of Sino-Portuguese Relations or do I just think I can?*, Costa de Caparica, 1972, sobre a viagem de Simão de Andrade à China.

xeira, Padre Videira Pires, Mendes da Luz, sobre os primeiros tempos das nossas relações com a China <sup>(28)</sup>.

Em 1946 surge o livro importante de Armando Cortesão *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, dando à estampa textos inéditos por ele descobertos <sup>(29)</sup>.

Para os estudos deste período é obviamente necessário o recurso às fontes e aos textos chineses. Limitar-me-ei a mencionar alguns trabalhos em línguas ocidentais que deles se prevalecem. O recurso às fontes chinesas é utilizado em equilíbrio com as fontes ocidentais por Tien Tse Chang no «Sino-Portuguese Trade from 1514 to 1644», e por J. Braga no «Western Pioneers and their discovery of Macau», trabalhos que mantêm a sua actualidade e cuja leitura é imprescindível para o estudo deste período <sup>(30)</sup>. A culminar o que se escreveu sobre este tema, com apoio de fontes ocidentais e orientais, o artigo — no fundo um livro, pois tem 211 pp. — de Paul Pelliot, «Le Hoja et le Sayyid Husain de l'Histoire des Ming».

Publicado no mesmo número de *T'oung Pao* que contém o seu elogio fúnebre, Pelliot demonstra as suas extraordinárias qualidades de historiador e filólogo, juntando a erudição à inteligência com apoio em fabulosa memória e excepcional domínio das línguas <sup>(31)</sup>.

<sup>(28)</sup> George Schurhammer, S. J., *Gesammelte Studien*, 4 volumes, Roma, 1962, e *Franz Xaver: Seine Leben und Seine Zeit*, 4 volumes, Freiberga, 1955, que foi traduzido para inglês por J. Costelloe, S. J., *Francis Xavier, his Life, his Times*, Roma, 1973; Henri Cordier, *L'Arrivé des Portugais en Chine*, *T'oung Pao*, série II, 12, 1911. 483-543, e o capítulo XII, com o mesmo título, da sua *Histoire Général de la Chine*, Paris, 1920, vol. III, pp. 118-133; Albert Kammerer *La découverte de la Chine par les Portugais au XVI ème siècle et la Cartographie des Portulans*, suplemento ao vol. 39 do *T'oung Pao*, Leida, 1944; Padre Silva Rego, *op. cit.*, n.º 23; E. Brazão, *op. cit.*, n.º 28; Padre Manuel Teixeira, sobretudo *Macau e a Sua Diocese*, Macau, 1940, vol. I, *passim* e *Macau no séc. XVI*, Macau, 1981; Padre Benjamim Videira Pires, *Os extremos conciliam-se*, Macau, 1988, e outros trabalhos; Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia*, A. G. U., Lisboa, 1952, o capítulo "O Oriente Português durante a vigência do Conselho da Índia", pp. 199-230.

<sup>(29)</sup> O trabalho de Armando Cortesão foi inicialmente publicado em inglês sob os auspícios da Hakluyt Society: *The Suma Oriental of Tomé Pires, an Account of the East, from the Red Sea to Japan written... in 1512-1515. And the Book of Francisco Rodrigues, Rutter of a Voyage...*, 2 vols., Londres, 1944. A edição em português, a cuidado da Universidade de Coimbra, saiu num volume só, em 1978.

<sup>(30)</sup> V. *supra* n.º 23 T. T. Chang, *Sino-Portuguese Trad...*, Leida, 1934.

<sup>(31)</sup> Paul Pelliot faleceu a 26 de Outubro de 1945, com 67 anos de idade. Foi um dos mais notáveis, senão o mais notável orientalista deste século. Sinólogo consumado abrangendo todos os ramos dessa especialidade, tornou-se também destacado investigador da história da Ásia Central. Como J. Duyvendak tão bem escreveu no elogio (*T'oung Pao*, 38), "he became a Marco Polo of the Spirit, equipped with all the knowledge of languages, religions and books that Marco Polo himself had lacked". O prestígio entre os seus pares está bem patente no que sobre ele se escreveu após o seu desaparecimento. "Le Hoja ..." é o trabalho mais com-

## CONCLUSÃO

O significado dos primeiros contactos de Portugal com a China transcende aquilo que possa ter representado no nosso ciclo histórico de expansão ultramarina. Foi com base nesses contactos que o Ocidente de então conheceu, pela primeira vez em tempos modernos, o mundo chinês. Os escritos dos nossos pioneiros e cronistas, acrescentados e desenvolvidos pelos textos dos Jesuítas meio século depois, constituíram os pilares da sinologia moderna e da influência tão grande que a estrutura sociopolítica, o pensamento e a arte chinesas tiveram no «Século das Luzes» europeu <sup>(32)</sup>.

O conhecimento que o mundo antigo mediterrânico teve da Serica, os contactos dos confins a Leste do Império Romano com o Oeste chinês, a heresia Nestoriana propagada no coração da China a partir do séc. VII, as narrativas dos Pólos e do século Franciscano no Cataio da nossa Idade Média, não mais fizeram que dar algum colorido ao imaginário fantasmagórico do homem pré-renascentista <sup>(33)</sup>. Mas a génese da clarificação e arrumação de ideias apoiadas na razão, e do conhecimento sistemático com base na experiência do tão vasto e antigo mundo chinês, ficou a dever-se aos pioneiros portugueses do séc. XVI. Aprendemos nós e aprendeu também a Europa cristã de então alguma medida de humildade filosófica e civilizacional, ao entrar em contacto com nações mais antigas e com civilizações tão elaboradas, pelo menos, como as europeias. O dogma da superioridade ético-religioso em que o Ocidente mergulhara durante o milénio medieval foi em parte desfeito pelo contacto com o Oriente, facilitando assim a dinâmica do renascimento.

---

pleto e sobretudo mais aprofundado até hoje escrito sobre a Embaixada de Tomé Pires; e se relativamente é pouco conhecido, isso se poderá dever à circunstância de o título camuflar o tema, e, por outro lado, à densidade do texto que o torna de leitura muito difícil.

<sup>(32)</sup> A moda da "Chinoiserie", na Europa do séc. XVIII, afectou profundamente o pensamento e a arte ocidentais, com reflexos que chegaram aos nossos dias. Foram sobretudo os Jesuítas, através das suas cartas, que suscitaram esse interesse pela filosofia, organização político-social e estética chinesas, de que Voltaire, Leibnitz e Montesquieu foram os expoentes mais destacados e a porcelana da Companhia das Índias uma das manifestações artísticas mais apreciadas.

O II Colóquio Internacional de Sinologia, realizado em Chantilly em 1977, teve como tema "Les rapports entre la Chine et l'Europe au temps des Lumières", e as respectivas actas são um repositório precioso de trabalhos sobre esse tema.

<sup>(33)</sup> Sobre toda esta temática, cuja vastidão exclui aqui liminarmente qualquer possibilidade do desenvolvimento ou de indicações bibliográficas, julgo no entanto dever mencionar o excelente artigo de Vitorino Magalhães Godinho Sobre "A Ásia", no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. I, pp. 217-233.

Para este ressurgimento do Ocidente se fica a dever a Portugal, para além de tantos contributos noutras áreas, o conhecimento das civilizações da Ásia, da existência do «outro», da valorização, portanto, da Humanidade.

*João de Deus Ramos*